Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA DIÁRIO OFICIAL

Agência INFRA

INFRAEnergia
Brasília - DF/BR 70° de março de "2020"
edição 560

Boa dia, "ZRIAMEL"!
Nova edição do INFRAEnergia | Inicação Remota | Leitura | Versão de Impressão | Diário Oficial | Grupo do Zilio | Cinema

LEGISLATIVO AMPLIA VOTAÇÃO REMOTA, MAS PAUTAS DE ENERGIA DEVEM SEGUIR TRAVADAS

Guilherme Pereira e Leila Coimbra, da Agência INFRA

O Senado Federal dá início nesta semana à utilização do SDR (Sistema de Deliberação Remota), no qual os votos dos senadores são computados por meio de aplicativo, que conta com um dispositivo de segurança. Na pauta do plenário de hoje (24) está a discussão da MP 899/2019, que regulamenta a renegociação de dívidas tributárias com a União.

Cada senador terá o aplicativo instalado no aparelho celular ou computador previamente cadastrado. Para ter acesso ao sistema, os parlamentares precisam inserir código e senha. Para garantir a segurança, uma imagem do senador será capturada no momento em que ele apertar o botão, evitando que outra pessoa vote em seu lugar. Um código de confirmação será, então, encaminhado por SMS. Haverá as opções "sim", "não" e "abstenção".

É um modelo inovador, que permitirá que a Casa continue deliberando mesmo com a pandemia de Covid-19, que exige o isolamento social e quarentena.

Pautas escolas e textos sem emendas
O sistema remoto impede, porém, uma das características mais marcantes do Legislativo: a negociação até, cara a cara entre parlamentares. Difícula - quase impossibilita, na verdade - as tratativas de emendas ao texto que normalmente são feitas de última hora ao pé do ouvido no plenário, em matérias mais polêmicas.

Significa que o sistema de votação remota impedirá a paralisação do Congresso Nacional, mas, na verdade, somente os textos sem nenhuma ajuação e extreme urgência serão avaliados por meio de aplicativo.

Com isso, os projetos de interesse do setor elétrico, como a reparticação do GSF (risco hidrológico), a modernização do setor e a privatização da Eletrobras voltam, mas uma vez, para o fim da fila.

Videoconferência
Na sexta-feira (20), o sistema do Senado estreou na votação do PDL (Projeto de Decreto Legislativo) 88, que perdeu primeira vez recentíssima situação de calamidade pública no país. Por 75 votos a zero, os senadores aceitaram o relatório do senador Weverton (PDT-MA), abrindo a possibilidade de a União aumentar seu déficit sem infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A votação foi por meio de videoconferência, com os votos declarados verbalmente - diferente da prevista para hoje porque ainda faltavam alguns detalhes técnicos no aplicativo. Agora, a expectativa é de que a deliberação seja feita inteiramente pela nova ferramenta.

A sessão de hoje, assim como a de sexta, será comandada pelo vice-presidente do Senado, Antonio Anastasia (PSDB-MG) - sem a presença do presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP), afastado por ter contraído o novo coronavírus.

Sem conexão
No sistema utilizado na sexta, o microfone fic aberto individualmente, para que cada senador se manifestasse e desse seu voto nominal. Normalmente breves, as discursos eram compostos de agradecimento aos profissionais de saúde, aos meirinhos do Senado e, em um menor número, aos profissionais da imprensa.

Enquanto alguns senadores aparentavam estar em um ambiente residencial, outros, como Jorge Kajuru, (Cidadania-GO) pareciam declarar seu voto do seu próprio gabinete no Senado. Filho do presidente da República, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) afirmou estar em Brasília na hora do voto.

Para alguns senadores, não foi passível a chamada em vídeo. Desculpando-se por estar entre Brasília e Palmas, o senadora Kátia Abreu (PDT-GO) votou por telefone. "Estou parada na estrada, à beira de um posto de gasolina", comentou a senadora durante seu voto.

Aos senadores que não conseguiram expressar seu voto por quaisquer problemas de conexão, era oferecida uma segunda chamada ao final do voto. Três senadores, Sérgio Petecão (PSD-AC), Vanderlan (PSD-GO) e Julio Ferra (Podemos-RT) não conseguiram se conectar para votar.

Câmara
Há a expectativa de que a Câmara dos Deputados também adote sistema similar ao SDR do Senado. Aprovado por resolução na última terça-feira (17), o sistema deverá ser utilizado para debater, preferencialmente, temas relativos à emergência de saúde pública. Ao contrário do Senado, o sistema da Câmara ainda não foi testado, e não há previsão de quando entra em uso.

Leia mais aqui

ANEEL TIRA DE PAUTA OS EDITAIS DE LEILÕES DEVIDO ÀS MUDANÇAS NO CENÁRIO ECONÔMICO COM A COVID-19

da Agência INFRA

A diretoria da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) retirou da pauta de hoje (24) a deliberação dos três editais de leilões de transmissão e geração de energia. Os diretores avaliaram proposta de editais para construção, operação e manutenção de linhas de transmissão, além dos editais "A-4" e "A-6" de geração.

A retirada foi feita a pedido do MME (Ministério de Minas e Energia), segundo uma fonte com conhecimento da discussão, por conta da pandemia de Covid-19, que mudou todo a conjuntura do setor. "O cenário que se apresenta não será das melhores", argumentou. "Não está internacional não os portos de vista de carga para geração e captação de recursos para transmissão", completou.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, já havia dito em entrevista à **Agência INFRA** - publicada no dia 16 de março - que o cronograma de leilões de energia poderia mudar com a queda no consumo provocada pela pandemia.

Leia na íntegra

INSTITUIÇÕES MANIFESTAM PREOCUPAÇÃO COM A REALOCAÇÃO DE VERBAS DE PESQUISA

Guilherme Pereira, da Agência INFRA

As instituições de pesquisa tecnológica e inovação já se mostram contra uma eventual realocação de recursos destinados aos projetos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) para cuidar a tarifa social de energia elétrica durante a pandemia do Covid-19.
A proposta de energia da tarifa, destinada à população de baixa renda, é tema de uma medida provisória planejada pelo Poder Executivo e com o apoio do Senado, como a **Agência INFRA** adiantou na sexta-feira (20). O texto prevê o cuidado das despesas da TNSE (Tarifa Social de Energia Elétrica) com recursos de pesquisa e desenvolvimento inscritos pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), como primeira na lei nº 9.991, de 2000.
Para a ABIPTI (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação), que representa o segmento de pesquisa, tal medida "colocaria em risco a sobrevivência das ICTs (Instituições de Ciência e Tecnologia) e representaria um retrocesso nos avanços que o Brasil conquistou, até agora, em termos de desenvolvimento tecnológico".
Segundo o manifesto, os recursos a serem realocados destinariam uma rede de 300 mil profissionais qualificados, além de cerca de 290 mil profissionais de apoio para o segmento que está em todo o território nacional.
"O Brasil pela crise terá o desafio de criar soluções para promover, além da descarbonização da matriz energética, por meio, também, de alternativas eficientes de mobilidade elétrica, a descentralização e digitalização do setor elétrico, entre outras", afirmou o presidente da associação, Paulo Rogério Pavia, que conclui: "Não podemos seguir na contramão desse movimento".

Leia na íntegra

.

i DIÁRIO OFICIAL

Garantia Física - Portaria 341 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia define os montantes de garantia física de energia das usinas Elétricas Campo Largo I, II, III, IV e VIII.
ICMS - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) registrou Requerimento de Qualonge de ICMS em Poste Aviário. MRE.
GFM - A ANEEL (Aneel) publicou lista de unidades geradoras, somando 50 MW, da GFM São Gonçalo S. em São Gonçalo do Gurguéia (PI).
Gás - A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) aprovou a Unified Energy sobre a revisão e atualização de comercialização de gás natural no edital de competência da União.
MP de Tratados - Medida Provisória 928 dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, revogando o artigo 18-B da Medida Provisória 927/2020, que trataua de interrupção temporária de contrato de trabalho, e adicionou artigo de suspensão de prazo para cumprimento da Lei de Acesso à Informação.
ANP - Portaria 96 da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) define procedimentos e outras exigências para ANP, enquanto durarem as medidas temporárias de enfrentamento do Covid-19 estabelecidas pelos estados e municípios.
Aposentadoria - Portaria 1.348 do Secretaria da Receita Federal Ordinário, em caráter temporário, regras para o atendimento presencial nas unidades de atendimento, e suspende o prazo para política de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica.
Certidões - Portaria conjunta 555 da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional dispõe sobre a prorrogação de prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativas a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia Covid-19.

Leia na íntegra

.

i FIQUE DE OLHO

Agenda - O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, não tem compromissos oficiais agendados hoje (24). Ele segue em isolamento devido ao contágio pelo Covid-19.
Leilão de Eficiência Energética - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) prorrogou para 30 de abril o prazo para contribuições da Consulta Pública 027/2019, que tem o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento do Edital do Leilão nº 02/2020-ANEEL, denominado Leilão de Eficiência Energética, com vistas à redução do consumo de energia elétrica no município de Boa Vista (RR). As contribuições podem ser enviadas pelo site.

Redução de Carga - O CNS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) registrou redução da carga média de energia a partir do último quinto-feira (19), no SIN (Sistema Interligado Nacional). A pandemia do coronavírus reduziu a rotina de trabalho no país, afetando, consequentemente, o consumo de energia elétrica. Dados do CNS mostram que a queda no consumo chegou a quase 9% no último domingo (22), quando comparado com o domingo anterior (15).
Brazil Windpower 2020 e adiada - A Informa Markets, ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica) e GWEC (Global Wind Energy Council), organizadoras do Brazil Windpower, adiaram a edição deste ano, que aconteceria em São Paulo no período de 2 a 6 de junho, no Transamérica Expo Center. A nova data será divulgada pela organização em breve.
Grupo Equatorial Energia suspende atendimento presencial - O Grupo Equatorial Energia helou, por tempo indeterminado, todos os agências de atendimento presenciais em suas distribuidoras, nesta segunda-feira (23), até que a pandemia do Covid-19 esteja controlada. Com esta medida, a empresa reforça a orientação aos seus clientes para solicitarem os serviços e atendimentos emergenciais pelos canais digitais de atendimento, como o site e o WhatsApp de cada distribuidora do grupo.

Terminal de GNL - A Galaz Power Brasil assinou, na última dia 13 de março, o protocolo para instalação de Terminal de GNL (Gás Natural Liquefeito), no Complexo Industrial Portuário de Suape (PE), com investimento de R$ 1,8 bilhão. Com início de operações previsto já para o segundo semestre deste ano, o aporte privado tem perspectiva de geração de 300 empregos diretos e indiretos.

Renaenergia - A Renaenergia lançou uma cartilha de orientações para economizar energia elétrica e dicas de como trabalhar em casa durante período de reclusão domiciliar, em decorrência da pandemia de Covid-19.

Leia na íntegra

.

i CLIPPING

Concessões não estão ameaçadas de caírem
Pedidos de reparticação contratual devem ser apresentados quando emergência sanitária acabar. (Valor)

Conta de luz suspende reajuste tarifário de energia
Tarifas de saída e aplicação de descontos não cortam de luz dos clientes residenciais. (Valor)

Fazer home office de 20% de empregos em março
O dado consta na análise de consumo de novo coronavírus na economia. (Valor)

BC injeta R$ 1,2 trilhão em liquidez no sistema bancário
Volume é quase 5 vezes maior que o anunciado não crise de 2008. (Valor, Folha de S.Paulo, O Globo, Broadcast)

Receita Federal decide suspender prazos processuais por 15 dia mais
Procedimento é negado para a apresentação de contestações e defesas de empresários. (Valor)

Petrobras trimestre 50% para blocos e diversos, mesmo que internacional e estrutura baixa
Caso social empobrecimento no Brasil, elevar pagar-se R$ 21,8 trilhões para promover exportações em 2020. (Folha de S.Paulo)

Leia na íntegra

i ENERGIA

A Agência INFRA leva o compromisso da entrega: diariamente, notícias sobre o setor, mais relevantes do país. Além das notícias por e-mail, ainda temos Rádio do setor, programa via aplicativo de mensagem, Canal do setor no Youtube, vídeos de cinegrafista.
O Serviço de Notícias INFRAEnergia é destinado a assinantes (contém notícias exclusivas, análises e publicação não autorizada de conteúdo constitui violação de direitos da **Agência INFRA**, passível a responsabilidade civil e penal). Dúvidas, sugestões ou reclamações: **Equipe** (Precisamos que nos ajudem a ajustar a rota, no caso de notícias, para o dia-a-dia profissional, mas a ideia é que nos ajudem a entender o que é de interesse **atualmente** para o seu trabalho).
Imagens de fundo usadas (exceto pelas imagens de recorte) pertencem de seus donos (pessoas ou empresas) e não nos pertencem. Obrigado.

Diretores

Diretor
Thomas Ingelhorn Gehring
Diretor Executivo Ricardo Vieira
Editora de Energia Leila Coimbra
Coordenador Rodrigo Alcazar
Redatores Guilherme Pereira, Thiago Almeida
Assistente Editorial Ana Carolina Barros
Registro Rosana Rocha **Administração** Sandra Nascimento
contato@infrabrasil.com.br
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência INFRA. Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.